



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682455 - MG (2021/0233181-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : GILBERTO DE SOUZA BARBOSA
ADVOGADO : GILBERTO DE SOUZA BARBOSA - MG096485
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCIO ANTONIO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR (PRESO)
PACIENTE : MATEUS GABRIEL MACHADO DOS REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MARCIO ANTONIO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR e MATEUS GABRIEL MACHADO DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.109825-6/000).

Os pacientes foram presos em flagrante como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Impetrado *habeas corpus*, a ordem foi denegada pelo Tribunal de origem.

O impetrante sustenta que não foram apreendidas drogas ou apetrechos relacionados ao tráfico com os acusados.

Aduz que os pacientes são tecnicamente primários, possuem residência fixa no distrito da culpa e trabalho lícito, predcados que lhes autorizariam a responder soltos à ação penal, sobretudo ao considerar a pequena quantidade de droga apreendida.

Ressalta que o decreto construtivo careceria de fundamentação idônea, reputando ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia cautelar dos acusados.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva dos pacientes (fls. 28 e 33):

[...]

Quanto à alegada ausência de flagrância delitiva, entendo inexistir qualquer violação ao art. 302 do Código de Processo Penal. Isso porque, segundo a narrativa constante do auto de prisão em flagrante, a prisão teria sucedido prévias notícias anônimas, conhecimento no meio policial acerca da prática de tráfico no local e, por fim, constatação da presença de objetos pretensamente relacionados à narcotraficância no estabelecimento comercial dos pacientes.

[...]

Diante do exposto, conforme destacado pelo ilustre Magistrado a quo, as circunstâncias do presente caso demonstram imprescindibilidade da prisão preventiva, levando-se em conta que o paciente Mateus havia sido agraciado com a liberdade provisória no dia 06/01/2021, após ser autuado em flagrante, no dia 31/12/2020, pela suposta prática do tráfico de drogas (p. 46).

Márcio, por sua vez, é reincidente pelo crime de roubo majorado e responde a ações penais que apuram a prática dos delitos de violência doméstica e furto qualificado, além de ter sido condenado pelo crime de tráfico privilegiado, embora sem registro de trânsito em julgado (pp. 87/91).

Assim, conquanto a quantidade de droga apreendida não seja exorbitante, o comportamento pregresso dos agentes indica a necessidade de seu recolhimento cautelar para a garantia da ordem pública, mormente tendo em vista a aparente recalcitrância delitiva de ambos no tráfico de drogas.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência